

**FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE FERNANDÓPOLIS – FEF
FACULDADES INTEGRADAS DE FERNANDÓPOLIS – FIF**

ANA CLÁUDIA DOS SANTOS

**DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DA DIMENSÃO EDUCATIVA NO TRABALHO
DO ASSISTENTE SOCIAL**

**FERNANDÓPOLIS-SP
2018**

DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DA DIMENSÃO EDUCATIVA NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL ¹

Ana Cláudia dos Santos²

Resumo: Ao longo da trajetória histórica do Serviço Social, a profissão apresentou em seu fazer profissional uma dimensão educativa, no entanto com direções e propósitos diferentes. Partindo desta afirmação, o objetivo deste estudo é trazer uma reflexão crítica e contemporânea sobre os desafios enfrentados pelos assistentes sociais para efetivar a dimensão educativa em suas intervenções cotidianas. Este artigo abordará o tema através de uma pesquisa bibliográfica e de campo qualitativa com análise das entrevistas de dois assistentes sociais, docentes da Pós-Graduação em Serviço Social da FEF, que darão base para várias considerações sobre a temática proposta.

Palavras-chave: Desafios, Dimensão Educativa, Prática Profissional, Assistente Social.

Abstract: Throughout the historical trajectory of Social Service, the profession presented in its professional work an educational dimension, however with different directions and purposes. Based on this assertion, the objective of this study is to bring a critical and contemporary reflection on the challenges faced by social workers in order to effect the educational dimension in their everyday interventions. This article will approach the topic through a bibliographical and qualitative field research with analysis of the interviews of two social workers, professors of the Post-Graduation in Social Work of the FEF, that will give base for several considerations on the proposed theme.

Keywords: Challenges, Educational Dimension, Professional Practice, Social Worker.

¹ Artigo entregue às Faculdades Integradas de Fernandópolis, Fundação Educacional de Fernandópolis-SP, como requisito parcial para a obtenção do título de pós-graduação Lato Sensu em Serviço Social, Trabalho e Políticas Públicas.

² Assistente Social, bacharel em Serviço Social pela Fundação Educacional de Fernandópolis-SP.

1 – INTRODUÇÃO

O Serviço Social tem sua gênese na sociedade capitalista, como forma de resposta ao enfrentamento das expressões da questão social derivadas da contraditória relação capital-trabalho. Durante o processo de institucionalização do Serviço Social, a função educativa dos assistentes sociais foi desenvolvida como estratégia de assistência social. Nos dias atuais, esta função está contida no projeto ético-político da profissão e efetiva-se no estabelecimento de novas relações pedagógicas entre o assistente social e os usuários de seus serviços (CARDOSO; MACIEL, 2000).

Perante o exposto acima e da extrema importância da concretização desta dimensão para a atuação estratégica dos assistentes sociais, esclarecemos que o presente artigo tem como objetivo geral possibilitar a identificação dos desafios enfrentados pelos assistentes sociais para efetivar a dimensão educativa em suas intervenções cotidianas, bem como apresentar especificamente o significado histórico desta dimensão para o Serviço Social e realizar uma análise crítica dos desafios presentes na efetivação de tal dimensão a partir da pesquisa realizada com os docentes da Pós-Graduação Serviço Social, Trabalho e Políticas Públicas da FEF e da pesquisa bibliográfica.

Logo, a justificativa para a realização da pesquisa partiu do interesse despertado na autora no decorrer da pós-graduação, especificamente durante a conclusão dos Módulos: “Trabalho Sócio-Educativo” e “Serviço Social e Trabalho com Famílias”, quando foi ressaltada pelos docentes a importância da dimensão educativa para o “fazer profissional” do assistente social e para a construção da emancipação política e social da população atendida. Assim, foram escolhidos como sujeitos da pesquisa de campo com abordagem qualitativa, os docentes dos módulos mencionados, onde com base na experiência profissional como assistentes sociais e no conteúdo teórico das disciplinas, apontaram os desafios vivenciados por eles para efetivar a dimensão educativa em suas intervenções. A pesquisa de campo será aplicada através de um questionário, composto por uma única pergunta aberta e dissertativa.

Complementa-se a metodologia do artigo, a pesquisa bibliográfica realizada a partir da leitura de livros, dissertações, artigos científicos, revistas e em redes eletrônicas. Faz-se necessário também ressaltar que a construção deste artigo foi respaldada pelo referencial teórico do método Dialético de Karl Marx, entendendo o indivíduo em sua totalidade, para compreender as relações gerais que envolvem homem e sociedade, através de análises críticas da realidade (TRIVIÑOS, 1987).

2 – O SIGNIFICADO HISTÓRICO DA DIMENSÃO EDUCATIVA PARA O SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social legitimou-se como profissão no Brasil, a partir da década de 40, no momento em que o Estado decidiu intervir na questão social, fruto do processo de industrialização capitalista e das contradições entre proletariado e a burguesia. Os assistentes sociais foram requisitados a desenvolver ações educativas, numa perspectiva de realizar o controle social das classes subalternas, tendo em vista a manutenção da ordem pública e da hegemonia das classes dominantes (LUZ, 2015).

Em concordância com o contextualizado acima Abreu (2004, p. 50) afirma que:

O Serviço Social desenvolve-se como profissão de cunho educativo, sustentada, principalmente, nas influências pedagógicas do taylorismo e da filosofia neotomista. Vincula-se às estratégias educativas que se estabelecem face à necessidade de atualização do conformismo, isto é, de adaptação do trabalhador aos imperativos da produção e do trabalho.

Desta maneira, desde sua criação até os dias atuais as intervenções dos assistentes sociais podem contribuir com interesses distintos, na medida em que precisa atender aos interesses da classe trabalhadora e da classe capitalista (MIOTO; NOGUEIRA, 2013).

Concordamos, portanto com Abreu (2002, p. 17) onde explica que:

A função pedagógica do Assistente Social em suas diversidades é determinada pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais e se materializa, fundamentalmente, por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática. Tal função é mediatizada pelas relações entre Estado e Sociedade Civil no enfrentamento da questão social, integrada às estratégias de racionalização da produção e reprodução das relações sociais e do exercício do controle social.

Ainda, segundo Abreu (2011a) no decorrer da construção histórica da profissão, os assistentes sociais assumiram diferentes funções pedagógicas, identificadas como: a “Pedagogia da Ajuda”, exercida a partir da década de 20 onde o profissional tinha um papel educativo de cunho moralizador direcionado para reforma moral e reintegração social dos indivíduos; a “Pedagogia da Participação”, exercida nos anos 50 onde o profissional fornecia uma ajuda psicossocial individualista com vistas a integrar a população nos programas do governo para garantir promoção social, na realidade era uma estratégia utilizada para evitar mobilizações e alienar a população; e por ultimo a “Pedagogia da Emancipação”, exercida após o Movimento de Reconceituação da profissão, nesta o assistente social assume um papel educativo na defesa dos direitos das classes subalternas e suas ações e discursos ganham um teor de contestação da ordem vigente, “[...] ancorados, predominantemente, no viés marxista

da Teologia da Libertação e da articulação desta com as formulações pedagógicas de Paulo Freire [...]” (ABREU, 2011a, p. 131).

Historicamente, as práticas educativas desenvolvidas pelos assistentes sociais vinculam-se, predominantemente, à necessidade de controle exercido pelas classes dominantes, quanto à obtenção da adesão e do consentimento do conjunto da sociedade aos processos de produção e reprodução social consubstanciados na exploração econômica e na dominação política ideológica sobre o trabalho. Em contraposição a essa tendência, evidencia-se nas três últimas décadas, no desenvolvimento profissional no contexto brasileiro, a construção de práticas educativas consubstanciadas no estabelecimento de vínculos e compromissos com a perspectiva societária das classes subalternas, fundadas nas conquistas emancipatórias da classe trabalhadora e de toda a humanidade – base do projeto ético político profissional alternativo do Serviço Social, consolidado, nos anos de 1980 e 1990 (ABREU; CARDOSO, 2009, p. 1).

O processo de reconceitualização gestado pelo Serviço Social desde a década de 1960 permitiu aos assistentes sociais enfrentar a formação tecnocrática conservadora, questionar o papel que vinham desenvolvendo frente à questão social e construir coletivamente um projeto ético-político profissional expresso no currículo mínimo de 1982, nas diretrizes curriculares de 1996 e nos Códigos de Ética de 1986 e 1993, nos quais as políticas sociais e os direitos estão presentes como uma importante mediação para construção de uma nova sociabilidade (CFESS, 2011).

Conforme o exposto acima Barroco e Terra (2013, p. 35) ressaltam a importância do Código de Ética para a categoria:

O CE é um instrumento educativo e orientador do comportamento ético profissional do assistente social: representa a autoconsciência ético-política da categoria profissional em dado momento histórico. Assim, é mais do que um conjunto de normas, deveres e proibições; é parte da ética profissional: ação praticada mediada por valores que visa interferir na realidade, na direção da sua realização objetiva, produzindo um resultado concreto.

Destaca-se que a dimensão educativa dos assistentes sociais foi se modificando com as crises estruturais do capital, com a chegada do Neoliberalismo e com o agravamento da questão social, mas também, devido às contradições inerentes às relações sociais do modo de produção capitalista, resultando em um posicionamento político da categoria, direcionando suas ações para impulsionar a construção de uma nova sociedade (LIGABUE, 2016).

Desta forma, Abreu (2011a, p. 134) define que atualmente para efetivar a dimensão educativa:

Essa intervenção supõe a construção de estratégias de mobilização, capacitação e organização das classes subalternas no movimento contraditório da sociedade, visando à recuperação da unidade entre o pensar e o agir, na constituição de um novo homem, base e expressão de novas subjetividades e normas de conduta, isto é, de uma cultura contraposta à cultura dominante.

A trajetória do Serviço Social como profissão reconhecida e inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, permite identificar uma história de lutas, conquistas e desafios. E por ter sido legitimada socialmente, significa que ela tem uma função social, ou seja, é uma profissão de caráter educativo, sociopolítico, crítico e interventivo, “[...] que tem na questão social a base de fundação de suas ações [...]” (LUZ, 2015, p. 15). Portanto, em seus diferentes processos de trabalho, o assistente social precisa ter consciência de seu papel educativo de redirecionador de ideias, atitudes, ações, dentro de uma cultura contraditória (Módulo: Serviço Social e Trabalho com Famílias da Pós-Graduação Serviço Social, Trabalho e Políticas Públicas/FEF).

Partindo desta premissa, evidencia-se que a dimensão educativa é essencial ao trabalho do assistente social e a mesma tanto pode contribuir com processos emancipatórios e organização de uma nova cultura, como para a reprodução das situações de subalternidade da classe trabalhadora e manutenção da ordem capitalista vigente (Módulo: Serviço Social e Trabalho com Famílias da Pós-Graduação Serviço Social, Trabalho e Políticas Públicas/FEF).

“O assistente social ao atuar na intermediação entre as demandas da população usuária e o acesso aos serviços sociais, coloca-se na linha de intersecção das esferas pública e privada, como um dos agentes pelo qual o Estado intervém nos espaços domésticos dos conflitos, presentes no cotidiano das relações sociais” (IAMAMOTO, 2008: 428).

Desta maneira, podemos afirmar que o assistente social é um educador, tendo ele consciência ou não dessa dimensão que perpassa o exercício da sua intervenção. Ele possui uma intencionalidade em sua ação, ou seja, em educar alguém em relação a algo. Suas ações e instrumentos possuem uma perspectiva, uma intencionalidade. Seja na socialização de informações para o acesso aos direitos sociais ou ao educar (domesticar) os sujeitos para que estes se adequem às normas de um programa social, por exemplo. (LIGABUE, 2016).

Outro ponto relevante é a compreensão que toda ação é educativa, pois a educação não se faz presente apenas no espaço escolar, mas é inerente a todas as relações sociais, sendo uma prática social determinada e determinante (embora esta em menos grau) capaz de contribuir para a construção de determinado tipo de homem e sociedade (LUZ, 2015).

Partindo da afirmação acima, defende-se que há, no trabalho do assistente social, a dimensão educativa como algo inseparável ao fazer profissional e que esta perpassa toda e qualquer ação ou instrumental utilizado nas intervenções cotidianas e isso se dá de formas diversificadas, como por exemplo, através dos atendimentos, visita domiciliares, reuniões

socioeducativas, grupos, oficinas, assembleias, entrevistas, pesquisas, reconhecimento do território, etc (SANTOS; SANTOS, 2012).

“A prática educativa é inerente à atividade profissional do assistente social, que acumula experiências na dinamização de ambientes coletivos, na realização de grupos, na democratização dos espaços institucionais e, como subsídio que fortalece o controle social, a participação e a construção de processos democráticos” (SARRETA, 2009, p. 61).

No entanto, temos que considerar que nos espaços ocupacionais em que o assistente social está inserido existem ainda diferentes objetivos que interferem diretamente na efetivação da dimensão educativa, como: as condições de trabalho, as relações de poder, projetos pessoais, profissionais e sociais que perpassam as ações dos profissionais, assim como dos demais sujeitos envolvidos nos processos de trabalho do Serviço Social (profissionais de outras áreas, de apoio, usuários, movimentos sociais, etc.). De tal modo, compreende-se que a dimensão educativa pode ser mediação para a construção da emancipação política e social de todos os sujeitos envolvidos nas ações cotidianas da categoria (LUZ, 2015).

Deste modo, é imprescindível valorizar o contato/acesso privilegiado dos assistentes sociais junto à classe trabalhadora e utilizá-lo de forma estratégica e criativa, pois as intervenções realizadas pelos profissionais junto à população não incidem apenas sobre o fator econômico, mas também nos fatores ideológico-político-culturais, e, portanto, são essencialmente educativos (OLIVEIRA; ELIAS, 2005). Assim, a ação profissional precisa ser construída e reconstruída cotidianamente com a população atendida. O usuário precisa ser identificado como um dos protagonistas do processo educativo e não como um receptor dos serviços estabelecidos previamente pelo poder público ou pelas organizações que contratam os assistentes sociais.

Neste sentido, as intervenções do assistente social caracterizam-se por consolidar a visão da educação popular, em que o profissional atua como facilitador das ações realizadas, tomando como referência os modos de vida da população usuária, possibilitando a realização de uma prática crítica, concreta e respaldada na teleologia. Cabe ao assistente social instrumentalizar as ações dos usuários, valorizando seus saberes para melhor prepará-los para a tomada de decisões em todos os momentos de suas vidas. Esse reconhecimento pode levar também ao fortalecimento da organização dos usuários nos lugares onde vivem, bem como no que se refere a sua participação política.

No momento atual, quando o assistente social prioriza efetivar a dimensão educativa no trabalho dirigido à proteção sócio familiar ele “reflete uma proposta de prática vinculada aos interesses da população, voltada para a perspectiva da transformação social [...] numa busca de superação do paternalismo”. (SILVA e SILVA, 2002, p. 175 – 177).

Para Torres (2009: 222), a prática da educação popular:

“Requer do assistente social uma leitura fundamentada do projeto ético-político, da realidade social constitutiva do exercício profissional. (...). Essa abordagem estabelece a necessidade do assistente social reconhecer as demandas postas para o atendimento social e a formulação e a construção das respostas profissionais de caráter crítico-analítico, articuladas as condições objetivas de vida do usuário e a realidade social”.

Nessa lógica, para colocar em prática a dimensão educativa, o assistente social deve ser capaz de democratizar informações e fomentar a tomada de decisão por parte do usuário. Os serviços prestados não poderão ser vistos como favor, mas, como um direito a ser acessado para suprir as necessidades apresentadas pelo usuário ou identificadas pelo assistente social (TORRES, 2018).

Também para compreensão da dimensão educativa do Serviço Social na perspectiva emancipatória, foram considerados os estudos feitos por Oliveira e Elias (2005) nos quais analisam quatro características desta dimensão, sendo elas: a informativa, a reflexiva, a participativa e a organizativa. Compreende-se que essas características estão presentes no trabalho social feito pelo assistente social e podem aparecer sobre várias formas, separadas ou simultâneas, dependendo da maneira como é desenvolvido o seu trabalho, trata-se da articulação entre pensamento e ação. Vale ressaltar que seja qual for o instrumental que o profissional utilizar em sua intervenção ela não pode ocorrer desvinculada da realidade vivenciada pelas famílias.

Neste aspecto, Vasconcelos (2000, p. 130) ressalta a importância do trabalho coletivo para colocar em prática as características da dimensão educativa:

O aspecto educativo aqui está direcionado para a construção e fortalecimento das condições de participação na transformação das condições geradoras dos problemas vivenciados, buscando contribuir na promoção de mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais, com prioridade para o trabalho com grupos sociais – em sua dimensão coletiva.

Em relação a este assunto, a autora ainda completa levantando o que, também, poderia caber ao assistente social como educador nesse processo: “A população, não basta

organizar se para reivindicar. Faz-se necessário ter acesso a um saber que a instrumentalize em relação ao como e ao que reivindicar” [...] (VASCONCELOS, p.30, 2000). Sob essa lógica, reconhecer o cotidiano da população, suas reivindicações e estratégias de sobrevivência são elementos essenciais para o fortalecimento da mobilização social.

Assim, Freire (1983, p.15) defende que “[...] a finalidade de qualquer ação educativa deve ser a produção de conhecimentos que aumenta a consciência e a capacidade de iniciativa transformadora dos grupos [...]”. E, Freire (1983, p. 24) ainda complementa que: “Quanto mais conscientemente faça a sua história, tanto mais o povo perceberá, com lucidez, as dificuldades que tem a enfrentar, no domínio econômico, social e cultural, no processo permanente da sua libertação”.

Neste contexto, ressaltamos a importância do acesso à informação, pois é através destas que os sujeitos poderão tomar conhecimento sobre seus direitos para efetiva-los, tal fato é um indicador importante de avaliação no processo de construção da autonomia dos indivíduos, dos grupos e das famílias, que é a grande finalidade das ações educativas.

Acrescenta-se também que são determinantes fundamentais para a efetivação da dimensão educativa: a apropriação acerca do referencial teórico metodológico, ético e político e técnico-operativo, bem como do projeto ético-político; as determinações presentes e constitutivas da realidade social; as demandas apresentadas pela organização, pela população atendida e identificadas pelos profissionais; a construção de saberes demandados por esta população; o conhecimento expresso pelo profissional acerca do campo ocupacional no qual atua; da política pública que ancora seu trabalho, a correlação de forças, a autonomia relativa, os recursos (incluindo os financeiros), entre outros (TORRES, 2014).

2.1 – OS DESAFIOS PARA EFETIVAR A DIMENSÃO EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL

As transformações vividas pelo capital, para a manutenção de sua hegemonia, como a reestruturação produtiva aliada ao Neoliberalismo, no caso do Brasil, acirraram ainda mais as expressões da questão social, uma vez que promoveu a minimização do Estado, a retração dos direitos sociais e a refilantropização das políticas sociais. Tais situações causaram grandes impactos na sociedade e colocaram desafios constantes e cada vez mais complexos aos assistentes sociais, que precisam criar estratégias de intervenção criativas e

concretas que materializem a dimensão educativa em suas ações para a construção da emancipação social e política da classe trabalhadora.

Portanto o assistente social precisa ter clareza da importância de sua função educativa, assim como uma apreensão crítica das relações sociais, na perspectiva da totalidade e realizar constantes análises do movimento histórico da sociedade brasileira, compreendendo o significado histórico da profissão e considerando as novas formulações entre o público e o privado para a identificação das demandas sociais (CFESS, 2013).

Em conformidade com as afirmações acima, Abreu e Cardoso (2009, p.10) apontam que:

O desempenho desta função é profundamente tensionado no quadro das transformações por que passa a sociedade brasileira, nas últimas décadas. A reestruturação produtiva e as reformas institucionais, sob a orientação neoliberal, determinam inflexões no campo profissional do assistente social, provocadas por novas demandas postas pelo reordenamento das relações entre capital/trabalho, Estado/sociedade civil.

Entre os desafios enfrentados pela categoria para colocar em prática sua dimensão educativa, obviamente não podemos deixar de pontuar que os profissionais têm uma “relativa autonomia” em sua intervenção limitada pelas instituições empregadoras que compram sua força de trabalho em troca de um salário, detentoras dos meios e instrumentos necessários para a realização de sua prática (IAMAMOTO, 2015).

Neste ponto, compreendemos que as relações e condições de trabalho dos Assistentes Sociais também limitam a efetivação da dimensão abordada, pois este profissional também é “submetido aos dilemas e constrangimentos comuns a todos os trabalhadores assalariados” (RAICHELIS, 2011, p. 426). Sendo assim igualmente atingido pelos efeitos da reestruturação produtiva e das conseqüentes explorações e precarização do trabalho, independentemente da instituição que estiver empregando os assistentes sociais.

Reforçando o afirmado acima, Raichelis (2011, p. 422) pontua que:

Essa dinâmica de flexibilização/precarização atinge também o trabalho do assistente social, nos diferentes espaços institucionais em que se realiza, pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, aviltamento dos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional.

Outro desafio determinante é o fato dos assistentes sociais lidarem cotidianamente com as manifestações da questão social, porém normalmente por razão das inúmeras

demandas do dia-a-dia perdem a chance de instigar o diálogo, a reflexão, a organização e mobilização popular, seja por falta de tempo, iniciativa, desconhecimento, quer dizer, os profissionais conhecem essa necessidade, mas não sabem como começar, outros até intervêm, porém acabam optando por práticas rotineiras e antidemocráticas. Onde sem dialogar com a população, adotam projetos impostos pelas instituições empregadoras, acreditando que estão contribuindo com a organização daquelas comunidades, mas na verdade estão desestimulando a mobilização popular. (MACHADO, 2012). E fragilizando “o trabalho direto com segmentos populares em processos de mobilização e organização, e o desenvolvimento de trabalho socioeducativo numa perspectiva emancipatória” (RAICHELIS, 2011, p. 433).

Segundo Rizzotti (2010), o uso excessivo da tecnologia, a padronização de procedimentos e o controle da produtividade nos serviços através de ações pré-determinadas, em razão da transparência e da qualidade da oferta de serviços, tem aumentado as dificuldades para o exercício da autonomia profissional e da dimensão educativa na prática dos assistentes sociais. Os profissionais estão cada vez mais envolvidos em tarefas burocráticas, de alimentação dos sistemas de informações, formulários, ações administrativas, imediatistas e focalizadoras; e menos concentrados na realização de um processo interventivo que busque instrumentalizar os usuários na luta para efetivar seus direitos.

Obviamente que a sociedade capitalista não tem interesse em ações educativas que contribua para a conscientização da população, pois isso significaria uma ameaça. Já que esse sistema visa educar os analfabetos não para criar condições de participação crítica, mas para torna-los passivos as determinações da classe dominante, cumprindo o que julga ser um dever moral, quando na verdade não passa de uma exigência econômica (MACHADO, 2012).

E para atender as exigências colocadas pelas atuais transformações sociais à dimensão educativa do Serviço Social, caberá então à categoria dar respostas imediatas às demandas profissionais, enquadrar institucionalmente os usuários, adequar as suas necessidades aos limites dos programas assistenciais estatais e privados, introduzir na população valores que interessam ao capital, administrar as lacunas e defasagem das instituições empregadoras para garantir minimamente o atendimento às demandas dos usuários por serviços sociais (ABREU, 2011a).

De acordo com Yamamoto (2002) dentro das perspectivas teórico-metodológicas e ético-políticas adotadas na prática profissional do Serviço Social, sempre houve dificuldades e desafios a serem trabalhados principalmente no que diz respeito ao perfil dos assistentes sociais. Dentre eles, podemos destacar: o “fatalismo e o messianismo” presentes na atuação profissional, seja pelas raízes cristãs da profissão que delineiam o perfil do profissional como

um salvador, sejam pelas posturas ingênuas do assistente social que acredita que transforma o mundo sozinho apenas com suas intervenções pontuais, sem embasamento teórico consistente que norteie as suas ações; o “pragmatismo/tecnicismo” caracterizado pela prevalência da técnica, das atividades burocráticas em detrimento do papel político e crítico do profissional; o “politicismo” privilegiamento apenas do aspecto político, em detrimento de um embasamento teórico-metodológico que possibilite maior compreensão da realidade.

Mais uma questão que dificulta a efetivação da dimensão educativa nas intervenções cotidianas dos assistentes sociais é o fato da profissão estar inserida em um cenário tomado pela descrença do mundo, pela crise dos paradigmas, ao lado de políticas sociais fragmentadas, inoperantes, sob a égide neoliberal e das novas formas de regulação da produção. Assim ao mesmo tempo em que a categoria opta pela defesa da classe trabalhadora, também tem que enfrentar um processo acirrado de transformações no mundo do trabalho que levam a um crescente ataque à classe trabalhadora.

Estas transformações têm submetidos os trabalhadores a condição de instabilidade, degradação das condições de vida e de trabalho da população, acentuação do desemprego estrutural, desregulamentação dos direitos trabalhistas e das diversas formas de precarização do trabalho, enfraquecendo as reivindicações e a organização da classe trabalhadora.

O cotidiano contraditório do trabalho do assistente social está permeado de desafios, resultantes de todas as mudanças e problemas já citadas, bem como, da impossibilidade de exercer plenamente a ética profissional na sua intervenção, pois está é delimitada pelos seus empregadores conforme seus interesses e do capital, e isso gera um intenso desgaste físico e mental, atingindo assim a saúde deste trabalhador.

Ao que Raichelis (2011, p. 434) explica:

Trata-se de uma condição de trabalho que produz um duplo processo contraditório nos sujeitos assistentes sociais: a) de um lado, o prazer diante da possibilidade de realizar um trabalho comprometido com os direitos dos sujeitos violados em seus direitos, na perspectiva de fortalecer seu protagonismo político na esfera pública; b) ao mesmo tempo, o sofrimento, a dor e o desalento diante da exposição continuada à impotência frente à ausência de meios e recursos que possam efetivamente remover as causas que provocam a pobreza e a desigualdade social.

No contexto atual, segundo as autoras Elias e Oliveira (2008), um dos maiores desafios a ser enfrentados para a efetivação da dimensão educativa nas intervenções cotidianas do assistente social é ultrapassar a esfera da informação e da reflexão, do particular e do individual, da descrença e da desesperança, o pragmatismo e a imediatividade da vida

cotidiana, as lutas econômico-corporativas que atravessam a vida social para lutas mais duradouras e universais, voltadas à construção de uma contra hegemonia, um novo homem e uma nova sociedade.

Pôde-se perceber que a maioria das atividades sócio-educativas dos assistentes sociais não ultrapassam as esferas informativas e reflexivas, sendo esse o grande desafio que se coloca na conjuntura atual: a possibilidade através da participação e da organização popular a ampliação e efetivação dos direitos e cidadania, com vistas a resgatar o potencial transformador das classes subalternas. (OLIVEIRA; ELIAS, 2005, p. 21).

As autoras ressaltam novamente, que as práticas educativas dos assistentes sociais não têm ido além das esferas informativas e reflexivas. Infelizmente, tais posicionamentos neutralizam o processo de construção da consciência coletiva dos sujeitos e a luta pelas suas reivindicações enquanto grupo e classe. Portanto esse processo de contribuir com formas que resultem na organização popular é um grande desafio para o profissional efetivar a dimensão educativa em suas intervenções cotidianas (LINGABUE, 2016).

3 – RESULTADOS DA PESQUISA

Nesse tópico apresentaremos uma análise crítica a partir dos apontamentos emergidos na pesquisa de campo com os dois docentes da Pós-Graduação: Serviço Social, Trabalho e Políticas Públicas da FEF/SP. Inicialmente os sujeitos da pesquisa foram questionados a apontar com base em suas experiências como Assistentes Sociais os desafios enfrentados para efetivar a dimensão educativa na prática profissional deles. Para ilustrar as falas dos sujeitos utilizaremos as siglas AS1 e AS2

Primeiramente os sujeitos da pesquisa ressaltaram a importância dos assistentes sociais apropriarem-se estrategicamente dos espaços ocupacionais que estão inseridos para colocar em prática a dimensão educativa do Serviço Social e assim mobilizar a população a apropriar e a lutar pelos seus direitos:

AS1: “Acredito que a dimensão educativa faz parte da essência da profissão. Ao longo das intervenções profissionais a dimensão educativa pode se fazer presente de diversas formas, desde a realização de orientações sobre os direitos sociais até na composição de movimentos e lutas conjuntas de organizações da classe trabalhadora. É exatamente o nosso compromisso

com os interesses da classe trabalhadora que vai direcionar o teor ético e político da nossa intervenção profissional, o que está intrinsecamente relacionado à dimensão educativa do trabalho do assistente social. Ocorre que muitas vezes, enquanto profissionais, não nos damos conta disso”.

AS2: “O assistente social não só executa serviços e benefícios, mas dispõe da dimensão socioeducativa que é inerente à sua formação, e que por sua vez deve ser valorizada. O trabalho de base com a população usuária é imprescindível, visto que suas demandas não são apenas materiais, mas a própria apropriação de seus direitos e organização em torno da reivindicação deles”.

Outra questão que também dificulta colocar a dimensão educativa do Serviço Social em prática, segundo os sujeitos pesquisados é o fato dos assistentes sociais estarem inseridos em um cenário contraditório em que prevalece a ideologia dominante sobre a classe trabalhadora. Diante disso, as manifestações da questão social são naturalizadas e criminalizadas, especialmente quando se trata de manifestações consideradas ameaça à ordem social e a própria segurança individual de alguns grupos, no caso principalmente as formas de organização da classe trabalhadora.

AS1: “Entretanto, na atual conjuntura, no âmbito das políticas públicas neoliberais, somos chamados a ser técnicos e a oferecer o “mínimo” à população. Esta conjuntura nos insere num cotidiano de trabalho avassalador, onde somos requisitados a oferecer respostas imediatas aos problemas sociais. Não somos requisitados a pensar, ou a proporcionar espaços de reflexões às famílias atendidas. Somos chamados a atender as demandas de forma técnica e mecânica, sem a necessidade de pensarmos nas particularidades de cada realidade encontrada”.

AS2: “É necessário desmistificar os fenômenos que se apresentam como naturais, e que são sedimentados pela ideologia dominante, e justificada pela dinâmica capitalista. A ideologia dominante exerce uma função ativa no enfrentamento das tensões sociais, para manter a ordem social em momentos de explicitação das contradições sociais e das lutas de classe, onde a violência é naturalizada; tende a ser despolitizada, individualizada, tratada em função de suas consequências e abstraída de suas determinações sociais”.

O desempenho da função educativa do assistente social é profundamente tensionado no quadro das transformações por que passa a sociedade brasileira nas últimas décadas. Assim a categoria depara-se com inúmeros desafios para efetivar esta dimensão em suas intervenções, como: conformismo da população, conflitos de interesses, o medo da perda real do emprego, criminalização dos movimentos sociais, posturas profissionais conservadoras, dentre outros conforme apontados pelos profissionais pesquisados.

AS1: “Por acreditar que não existe neutralidade e que toda prática e intervenção profissional são dotadas de intencionalidades, acredito que a intervenção profissional sempre defenderá algum interesse: seja os interesses da classe trabalhadora, na perspectiva de orientar sobre os direitos sociais e instigar a família a refletir sobre o lugar que ela ocupa nesta sociedade de classes, para que assim possam se organizar numa luta coletiva por maior ampliação do acesso aos direitos; seja os interesses do Estado, na perspectiva de acalmar a população para que ela aceite a desigualdade social e compreenda o quão é difícil garantir direitos na atual conjuntura econômica deste país. E em meio a este cenário, acabamos acreditando, por muitas vezes, que não estamos efetivando a dimensão educativa do nosso fazer profissional e realmente podemos não estar (pelo menos não de acordo com pressupostos do projeto ético-político do serviço social). Está aí, a meu ver, o grande desafio: O fato de não sermos requisitados a exercer um trabalho socioeducativo que efetive todas as suas esferas e que vise proporcionar a emancipação política das famílias atendidas”.

AS2: “O neoconservadorismo busca legitimação pela repressão dos trabalhadores ou pela criminalização dos movimentos sociais, da pobreza e da militarização da vida cotidiana. Considerando então, que o cenário atual pode ser facilitador da reatualização de projetos conservadores na profissão, mas entendendo também que nossa trajetória de lutas, inserida no universo de resistências da sociedade brasileira permite esse enfrentamento, e o projeto ético-político tem norteado na busca pela ruptura com o conservadorismo no Serviço Social”.

Os sujeitos da pesquisa ressaltaram a necessidade da categoria ter um posicionamento crítico na defesa dos direitos da classe trabalhadora e principalmente na apropriação estratégica do Projeto Ético Político do Serviço Social para concretizar a dimensão educativa na prática profissional dos assistentes sociais.

AS1: “Sabemos que desde o movimento de reconceituação temos “um lado” nesta história, assim, a dimensão educativa do nosso trabalho profissional deve estar pautada, necessariamente, na luta pelos direitos sociais e na responsabilização do Estado pela Proteção Social. É muito importante, sempre refletirmos sobre o nosso papel profissional neste ou naquele espaço socio-ocupacional, afinal antes de ser um técnico, sou um assistente social e certamente posso ser um diferencial na equipe, considerando todo o arcabouço teórico crítico da minha formação que possibilita uma análise crítica da realidade. Infelizmente não somos requisitados a desenvolver a dimensão educativa no nosso fazer profissional, mas, considerando ser ela, parte da essência desta profissão, é preciso efetivá-la e é preciso tomar consciência do quanto ocupamos um lugar estratégico junto à classe trabalhadora, para então buscarmos atuar de forma estratégica também”.

AS2: “O cotidiano profissional se apresenta de uma forma em que os desafios são complexos e nos colocam num lugar de constante reflexão e construção de estratégias. A defesa do Projeto Ético Político se faz

necessária, visto que a classe trabalhadora enfrenta várias expressões da questão social num contexto marcado pela desigualdade social”.

Portanto, compreendemos que são inúmeros os desafios a serem enfrentados pela categoria, contudo, é primordial que os profissionais desenvolvam práticas educativas comprometidas com a defesa das classes subalternas conforme preconiza o Código de Ética do Serviço Social, tendo como norte a perspectiva da autonomia e emancipação humana. Por este motivo a importância dos assistentes sociais avaliarem constantemente o processo educativo que estão desempenhando.

CONCLUSÃO

Através do estudo realizado e sistematizado neste artigo, foi possível concluir que a dimensão educativa é fundante na identidade do Serviço Social e é parte indissociável do fazer profissional dos assistentes sociais, daí o intuito de estudar e identificar os desafios para efetivar esta dimensão no cotidiano destes profissionais. Por meio desta pesquisa realizaram-se algumas reflexões sobre as condições de trabalho do assistente social na sociedade capitalista neoliberal na atualidade, sendo estas excessivamente complexas e contraditórias, fato que impacta diretamente na possibilidade de executar a dimensão educativa nas intervenções do Serviço Social.

Em conformidade, com o explicitado na pesquisa bibliográfica e de campo, foram apontados alguns entraves para a concretização da dimensão educativa do Serviço Social, como: conflitos de interesses; autonomia relativa dos assistentes sociais; condições/relações de trabalho; criminalização das manifestações da questão social e dos movimentos sociais; práticas rotineiras, antidemocráticas, padronizadas e conservadoras; políticas sociais fragmentadas, seletistas, e compensatórias; descrença da população na mudança; tais desafios acabam dificultando uma abordagem mais crítica na realização do trabalho educativo com caráter emancipatório com o público atendido pelos profissionais.

Neste sentido, podemos afirmar que a prática do assistente social é repleta de desafios, nos diferentes espaços sócio-ocupacionais que a categoria ocupa, principalmente diante das transformações decorrentes do atual cenário econômico, político e social, que tem impactado diretamente na classe trabalhadora e conseqüentemente tem colocado novas exigências no cotidiano profissional.

Novamente, reiteramos que qualquer que seja o espaço de exercício de sua prática, nos diferentes processos de trabalho, os Assistentes Sociais terão desafios sempre presentes e reais, porém é necessário que os profissionais tenham um posicionamento crítico alicerçado no Projeto Ético Político da categoria e que estes tenham clareza do seu papel educativo visto a necessidade de construção de estratégias coletivas em atendimento aos interesses das classes subalternas e da extrema precisão de mobilização social destes usuários diante do desmonte das políticas sociais pelo atual governo. Assim, ultrapassar os muros profissionais e contribuir efetivamente para a mudança da sociedade, eis o desafio colocado.

Por fim, consideramos a importância deste estudo em problematizar esta questão visando ampliar o debate acerca da dimensão educativa do Serviço Social, na perspectiva de colaborar para o enfrentamento dos desafios postos ao assistente social pela lógica do Neoliberalismo. Desta forma, o presente estudo longe de esgotar esse assunto, serve como ponto de partida para novas investigações tendo em vista a dinâmica da sociedade e a consequente e necessária atualização do conhecimento da realidade, para a realização de uma prática mais democrática, que incentiva processos de conscientização, organização, participação e mobilização, respeitando sempre o saber popular e a autonomia dos usuários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. M. **A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira.** Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n.79, set. 2004.

_____. **Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011 a. 17p.

_____; CARDOSO, F. G. **Mobilização e práticas educativas.** In: CFESS; ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <<http://www.poderesocial.com.br/site/wp-content/uploads/2017/08/5.7-Mobiliza%C3%A7%C3%A3o-social-e-pr%C3%A1ticas-educativas-%E2%80%93-Marina-Maciel-Abreu-e-Franci-Gomes-Cardoso.pdf>>. Acesso: 13 jun. 2018.

BARROCO, M. L. S; TERRA, S. H. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado.** Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, (Organizador). 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

CARDOSO, F. G; MACIEL, M. **Mobilização social e práticas educativas.** In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Capacitação em Serviço Social e política social. Mód. 4. Brasília: CFESS, ABEPSS, UnB/CEAD, 2000.

CFESS. **Projeto ético político e exercício profissional em serviço social: os princípios do código de à atuação crítica de assistentes sociais.** Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

_____. **Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social.** Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2018.

ELIAS, W. F; OLIVEIRA, C. A. H. S. **As diferentes configurações da dimensão sócio-educativa do Serviço Social brasileiro na sua trajetória histórica profissional.** Serviço Social & Realidade (Franca), v. 17, n. 2, p. 61-83, 2008. Disponível em: <<https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/73>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

FALEIROS, V. P. **Serviço Social: questões presentes para o futuro.** Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo, n. 50, p. 9-39, 1996.

FREIRE, P. **Cultura popular, educação popular.** 1983.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 26. Ed. São Paulo, Cortez, 2015.

_____. **O trabalho do Assistente Social frente às mudanças padrão de acumulação e de regulação social.** In: Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1, Brasília, 1999. P

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: Ensaio crítico.** 6ª Ed. São Paulo: Cortez, p. 216, 2002.

_____. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LIGABUE, H. P. **A expressão da dimensão educativa no trabalho do assistente social na Política de Assistência Social.** 2016. 183 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho-UNESP, FRANCA, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/148737/ligabue_hp_me_fran.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 5 jun. 2018.

LUZ, L. A. **A dimensão educativa no trabalho profissional no SUAS: a realidade de Santos/SP.** 2015. 192 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17726>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

MACHADO, A. M. B. **Serviço Social e Educação Popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica.** Revista Serviço Social e Sociedade. n. 109, p. 151-178, jan./mar. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n109/a09n109.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

MIOTO, R. C. T. **Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias.** In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. – Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____; NOGUEIRA, V. M. R. **Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional** R. Katál, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 61-71, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v16nspe/05.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2018.

OLIVEIRA, C. A. H. S.; ELIAS, W. F. **A dimensão sócio-educativa do Serviço Social: elementos para análise.** Serviço Social e Realidade, Franca, v. 14, n. 1, p. 41-62, jun. 2005.

RAICHELIS, R. **Considerações a respeito da prática do Serviço Social em movimentos sociais: fragmentos de uma experiência.** In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 8, mar, 1982.

_____. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000300003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 13 jun. 2018.

RIZZOTTI, M. L. A. **O processo de implantação do SUAS: uma reflexão sob a ótica da gestão.** Argumentum, v. 2, n. 2, p. 174-188, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/951/681>>. Acesso em: 2 jul. 2018.

SANTOS, A. C; SANTOS, S. S. **O uso abusivo de bebidas alcoólicas por adolescentes e seus efeitos no âmbito familiar e social.** 2012. 96 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Faculdades Integradas de Fernandópolis, Fundação Educacional de Fernandópolis, Fernandópolis-SP, 2012.

SARRETA, F. O. **Educação permanente em saúde para os trabalhadores do SUS.** Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Campus de Franca, Franca, 2009.

SILVA e SILVA, M. O da (Coord.). **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, E. F. G; GIAQUETO, A. **O trabalho do Assistente Social com grupos de famílias na Política de Assistência e a Dimensão Educativa.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 15, 2016, Olinda-PE

TEIXEIRA, S. M. **Trabalho social com famílias na Política de Assistência Social: elementos para sua reconstrução em bases críticas.** Serviço Social em Revista. V. 13, n. 1 (2010). Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/8425>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

TORRES, M. M. **As múltiplas dimensões presentes no exercício profissional do assistente social: intervenção e o trabalho sócio-educativo.** Serviço Social em Revista, LONDRINA, v. 12, n.1, p. 202-227, JUL/DEZ, 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/pdf/2009/2009_2/85_As%20multiplas%20dimensoes%20presentes%20no%20exercicio%20profissional%20do%20assistente%20social%20artigo%20ultima%20versao_publicar.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.

_____. **O trabalho socioeducativo desenvolvido pelo assistente social: concepções e atividades desenvolvidas.** Revistas Libertas, Juiz de Fora/MG, v. 14, n. 2, Ago/Dez, 2014. Disponível em: <<https://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/view/2889>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

TRIVINÕS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais:** a pesquisa qualitativa em educação – o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Atlas, 1987, p. 30-75.

VASCONCELOS, A. M. **O trabalho do Assistente Social e o Projeto Hegemônico no debate profissional.** In: Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo 4, Brasília; CEAD, Universidade de Brasília, 2000. p 125-137.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis.** 2. ed. Trad. Luiz F. Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.